

Estudo sobre abreviaturas e processos morfofonológicos em um Códice Eclesiástico Catalano

Maiune de Oliveira Silva¹

Maria Helena de Paula²

A língua escrita, como a falada, é uma propriedade coletiva. Para que todos dela possam utilizar-se, como de direito, torna-se necessário que se eliminem os óbices por meio de uma grafia racional e fácil (COUTINHO, 1970, p. 76).

Resumo: Buscamos, neste trabalho, tecer algumas considerações acerca dos processos morfofonológicos e abreviaturas encontradas em um códice eclesiástico catalano oitocentista, no qual foram exarados registros de batizados de pessoas escravas e livres. Conjecturamos que o motivo pelo qual ainda persistem tais processos na contemporaneidade nas escritas real e cibernética, principalmente por pessoas que, supostamente, já possuem domínio das normas gramaticais e ortográficas seja, sobretudo, porque mesmo com normas homologadas para a escrita, não se internalizaram as normas gramaticais vigentes, o que configuraria um *continuum* de traços linguísticos da era oitocentista como resultado de escolarização pouco eficiente.

Palavras-chave: Filologia. Ortografia. Processos morfofonológicos

1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL). Contato: maiune20@gmail.com. Bolsista CAPES.

2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL). Contato: mhp.ufgcatalao@gmail.com.

Preâmbulo

Objetivamos, neste trabalho, realizar uma discussão acerca das abreviaturas e de alguns processos morfofonológicos encontrados em um códice eclesiástico exarado nos idos oitocentistas, na cidade de Catalão-GO. Ao fim, levantamos hipóteses que justifiquem a permanência de alguns destes processos atualmente. Acreditamos que, hoje, devido ao avanço tecnológico, esses vocábulos abreviados se devem à pressa de se comunicar com o maior número de pessoas, burlando principalmente a redução do tempo, ao passo que a principal hipótese para realização dos processos morfofonológicos seria a ausência de internalização das normas ortográficas vigentes, sobretudo por ineficiência de práticas escolares de ensino da língua.

Antes de nos atermos mais detalhadamente às abreviaturas e aos processos morfofonológicos, cabe aqui uma definição do que vem a ser cada um deles. A abreviatura é um recurso da língua escrita que se configura em representar de maneira reduzida certas lexias ou expressões (FLEXOR, 2008), ao passo que os processos morfofonológicos, segundo Zanotto (1986), são alterações fônicas que repercutem na estrutura do vocábulo.

Nesse sentido, é preciso lembrar que, em que pese a escrita apontar para um uso normatizado, na época em que os manuscritos foram exarados não existia oficialmente um acordo ortográfico para uniformizar a grafia, vez que este foi homologado apenas em 1911, com a obra “Ortografia Nacional”, de Gonçalves Vianna (COUTINHO, 1970), por isso, é comum nessas fontes documentais encontrar vocábulos em que foram realizados processos morfofonológicos. Contudo, conforme preconiza Paula (2010), o trabalho filológico reside principalmente na edição de documentos, sejam eles manuscritos ou datiloscritos, com vistas a preservar o estado de língua da espécie documental. A isso, acrescentamos que os aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos e históricos da época também são preservados e podem apontar para a existência de uma norma de escrita, ainda que inexistisse um acordo, dada a recorrência do que se denominou de processos morfofonológicos.

Para realizar alcançar esse estado de língua, lançamos mão das normas para transcrição de documentos manuscritos, publicados em diversos manuais da área, entre eles o de Megale e Toledo Neto (2005). Feita a edição dos documentos manuscritos, voltamos nosso olhar para as abreviaturas e para as lexias que apresentaram processos morfofonológicos, as quais foram objetos para essa discussão.

A presente investigação está vinculada ao “Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português” (GEPHPOR), coordenado pela professora Doutora Maria Helena de Paula, da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística (UAELL), da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG/RC).

1 Primeiras palavras sobre o *corpus*

Ao analisar os documentos manuscritos eclesiásticos exarados na cidade de Catalão entre os anos de 1839 a 1842, verificamos que sua escrita muito revela sobre os moldes de vida da sociedade da época. Constatamos nestes manuscritos o registro de acontecimentos cotidianos que, certamente, se fizeram conhecidos hoje mesmo com o passar do tempo.

Estes escritos, pela ligeireza da escrita, pelas condições da escrita e a posição da palavra no fólio, parecem assinalar tendência à economia de tempo do escriba e do material de escrita que tinha preço dispendioso, posto que não raras vezes aparecem processos morfofonológicos e palavras abreviadas. Pretendemos, com este trabalho, aportado em uma perspectiva filológica, apresentar ligeiras reflexões acerca deste tema recorrente, também, na escrita contemporânea, seja ela elaborada em suporte manuscrito ou digital.

Tendo por base que a Filologia é uma ciência que tem como objetivo a edição e o estudo de textos manuscritos ou datiloscritos, com o enfoque no estudo da língua e da realidade social de uma comunidade, é conveniente esclarecer que o nosso objeto de estudo é um códice, isto é, um livro manuscrito sob o título “Livro de registros de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus”, exarado na cidade de Catalão no século XIX, especificamente de dezembro de 1839 a março de 1842. Nesta época, o cenário que abrigou a edificação da Igreja Nossa Senhora Mãe de Deus, responsável pela escrita do livro, ainda recebia o nome de Villa do Catalão, conforme se pode observar nos registros eclesiásticos, visto que Catalão torna-se município apenas em 20 de agosto de 1859.

Esses assentos de batismo foram escritos por pessoas do clero que tinham habilidade com a escrita e um alto grau de conhecimento sobre a língua portuguesa utilizada na época, suficiente para registrar os assentos de batismos que lhes eram de suas competências. No entanto, devido à ausência de variações de punho no manuscrito, não é possível asseverar se os documentos são apógrafos (cópias feitas tendo por base o documento original), ou autógrafos (textos escritos pelo autor). De maneira semelhante, não é possível assegurar se o documento foi ou não revisado por seu autor ideológico, isto é, pela pessoa responsável pelas ideias que estão contidas nos documentos manuscritos (SANTIAGO-ALMEIDA, 2011).

Este processo de escrever à mão certamente acarreta alguns obstáculos para as pessoas que possuem pouca ou nenhuma intimidade com a grafia utilizada no manuscrito, porque o uso carregado da pena/tinta faz com que a escrita do documento registrado no *recto* do fólio transpasse para o verso; a pressa de se escrever acaba acoplando as lexias ou ainda ocasiona borrados no fólio indicando que o escriba possui as mãos inábeis. Ademais, o grande número de palavras abreviadas e a grafia da época por se distanciar do período hodierno podem afugar como

óbices para a compreensão delas. Em virtude disso, é comum, ainda, que o consulente-leitor de textos manuscritos como estes que compõem o referido códice encontre dificuldades para entender o que está escrito.

2 Procedimentos teórico-metodológicos

Embora a execução desta pesquisa tenha se pautado na leitura, na edição, na inventariação dos dados e na análise das lexias que apresentaram processos morfofonológicos e abreviaturas, a pesquisa filológica não se atém apenas a essas etapas. Anteriormente a elas, faz-se mister ter acesso a esses documentos seculares, muitas vezes armazenados em caixas cuidadosamente guardadas; outras vezes, nem sempre os locais de guarda diversos (cartórios, museus, casas de cultura, arquivos públicos ou particulares, igrejas etc.) possuem condições para lidar com esses documentos; ademais, nem sempre dispõem de aclimação ideal, limpeza e conservação química adequadas, pessoal com formação específica, políticas públicas de incentivos e apoio à conservação e guarda da memória linguística e social nestes registradas.

Conseguido o acesso e fotografado o material pela equipe que se desloca ao local amparada de luvas, tocas e máquinas digitais sem *flashes* para a obtenção do material, faz-se mister se debruçar sobre ele para lê-lo e editá-lo. A leitura e a edição, indubitavelmente, são umas das etapas mais delongadas do processo, pois elas não se prontificam imediatamente.

Para realizar este trabalho, lemos e editamos os documentos que, digitalizados, constituem o acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL). Posteriormente à leitura atenta de todos os documentos que constituem o códice eclesiástico, editamo-los consoante as “Normas para edição de documentos manuscritos”, publicadas em Megale e Toledo Neto (2005). Para dar cabo ao nosso intento, fizemos o inventário das lexias que possuíam as características precípuas para compor este trabalho. Para nos certificarmos de que os vocábulos realmente se encaixam nos grupos dos processos morfofonológicos, nos valem dos ensinamentos de Coutinho (1970). No que concerne ao desdobramento das abreviaturas, recorremos a Flexor (2008), Aciolli (2003) e Costa (2007), para nos minuciar de segurança que nos bastasse nesta etapa.

3 Discussão e resultados

Ressaltamos que o processo de abreviação ainda é bastante utilizado no ambiente cibernético, mas quando é empregado nesse recinto ela não fere o que ensina a norma gramatical, uma vez que o ocultamento de alguns caracteres no espaço virtual não interfere na sintaxe e menos ainda na compreensão da men-

sagem que está sendo transmitida. Ademais, pode-se observar que em conversas virtuais, pelo fato de as frases serem produzidas em tempo real e, às vezes, com mais de um interlocutor, elas tendem a ser mais curtas.

Contemporaneamente, os processos morfofonológicos, quando realizados em redes sociais, em placas de estabelecimentos, por exemplo, geralmente ocasionam problemas ortográficos. Se pensarmos em classificá-los conforme os tipos, podemos observar supressões, transposições, aumentos e permutas de letras nas lexias. Essas modificações, diferentemente das abreviaturas, podem ferir o que ensina a norma gramatical. Um exemplo disso é a supressão do morfema <m> em eles amam ~ eles ama. Neste caso, a ausência deste morfema, indicativo de terceira pessoa do plural, configura problema de concordância, mas não compromete a compreensão do enunciado = mais de uma pessoa (eles) amam.

Os problemas em abreviar e em realizar processos morfofonológicos em excesso ganham dimensões ainda maiores quando se vai para a escola, uma vez que esta instituição possui o hábito de cultivar a linguagem imposta pela norma padrão. Mas, como se sabe, as pessoas não a utilizam em todos os momentos, porque essa língua raras vezes faz parte do seu convívio em comunidade. A esse respeito, Coelho (2006) pondera que:

A linguagem oficial apresentada nas escolas é, para a maioria dos alunos, principalmente no início, uma língua falsa, posto que um instrumento separado deles e de seus grupos, não é deles. Ela existe fora da maioria das pessoas, e, por isso mesmo, usam-na como um instrumento de que necessitam para se dizer o que não são; usam-na quando necessitam se dizerem como seres institucionalizados, seres vivendo momento oficial. Fora dessa situação, voltam a se expressar na modalidade lingüística que as caracterizam como pessoas donas de si mesmas, uma modalidade de linguagem que as represente, que seja elas próprias, a linguagem do grupo social de que participam (COELHO, 2006, p. 26).

Sopesando os dizeres do autor retromencionado (2006), e transportando essa teoria para a modalidade escrita não virtual, como nas redações escolares, por exemplo, é comum encontrar nessa tipologia textual processos morfofonológicos que não condizem com o que ensina a norma padrão. Diante deste quadro, é preciso que o aluno procure se adaptar aos diferentes momentos em que ele se encontra, para que ele produza textos que não tenham abreviaturas, nem marcas de oralidade. Realça-se, ainda, que nem sempre a escola tem dado conta de ensinar a existência de contextos, gêneros e finalidades variados que existem na escrita escolar e, tampouco, conseguido que essa variação se faça efetiva na prática da escrita e da fala de alunos e professores.

Importa lembrar que é fundamental que os professores ensinem também que a construção de textos coesos e coerentes ocorre também nas produções textuais que não empregam a norma dita padrão da língua, como é o caso das piadas. No caso da oralidade, é preciso esclarecer que a situação em que o aluno se insere é que determina o uso da língua.

Coelho (2008, p. 71) relata que tanto o oral quanto o escrito possuem normas distintas. Nessa direção, nos ensina que “linguagem oral e linguagem escrita são dois códigos ou sistemas diferentes, cada qual possuindo estruturas que lhes são próprias, regidas por normas e comportamentos diversos, não coincidentes”. Por outro lado, Marcuschi ensina que ambas as modalidades, oral e escrita, não devem ser vistas como opostas ou excludentes, mas como um *continuum* de características, a depender do gênero (MARCUSCHI, 2001).

No que respeita ao nosso material de análise, compreendemos que em meados do século XIX, não havia normas oficializadas para o uso da modalidade escrita, tal como se pode observar no livro manuscrito. Nele, constatamos uma grande quantidade de lexias que se escritas atualmente obedeceriam a outra grafia e que, por isso, configuram processos morfofonológicos. São exemplos disso *nasseo*, *innocente*, *Olios* e *ligitimo* que, em grafia atualizada ao período hodierno, se apresentam da seguinte maneira, respectivamente: nasceu, inocente, óleos e legítimo.

Vale sublinhar que a escolha de tais palavras não é aleatória, visto que representam alguns processos morfofonológicos que serão explicitados adiante. É meritório de destaque o acordo ortográfico passou a vigorar no ano de 1911, início do século XX, com Gonçalves Viana, atingindo apenas uma pequena parcela populacional escrevente, conforme postula Coutinho (1970); justifica-se, por isso, essa variação gráfica nos documentos manuscritos que antecedem essa datação. Nesse sentido, faz-se mister trazer à tona os dizeres de Fachin (2011), o qual defende que, embora não houvesse um acordo ortográfico outorgado na época, os escribas das mais diferentes esferas laborais tinham entre eles um acordo tácito para a execução da escrita.

Diante do exposto, pode-se dizer que os escreventes não possuíam uma norma oficializada para escrever, mas havia um uso tacitamente acordado porque, de fato, o códice apresenta uniformidade nos registros. Por ser um gênero textual eclesiástico cujos assentos precisariam manter regularidade, os escribas, provavelmente, mantinham um acordo, não necessariamente formal, no momento de compô-los. Se compararmos registros de batizados da mesma época, mas escritos em regiões diferentes, certamente, confirmaremos essa hipótese.

Não é preciso que nos delonguemos sobre esta questão, mas não é demais referenciar que as pessoas, antes mesmo de irem à escola, se comunicam por meio de uma gramática interna que, por vezes, não se equipara à gramática tradicional

que é ensinada na escola. A internalização das regras gramaticais se dá, principalmente, por meio da leitura de textos nas quais se aplicam essa norma, a qual serve como fio condutor para a prática de se expressar por meio dessa modalidade.

Com vistas a ilustrar os processos morfofonológicos encontrados no livro de batismo, iremos dividi-los em grupos, conforme preconiza Coutinho (1970), demonstrando exemplos que os ratifiquem; igualmente, classificaremos as abreviaturas, consoante pontuam Acioli (2003), Flexor (2008) e Costa (2007).

Os processos morfofonológicos podem ser assim divididos em: **por aumento**, que adicionam fonemas às lexias; **por subtração**, que tiram fonemas das lexias; **por transposição**, quando ocorre o deslocamento do fonema ou do acento tônico para as sílabas anteriores ou subsequentes e **por permuta**, no qual há a substituição de um fonema por outro.

No primeiro grupo podem-se listar: a **prótese**, a **epêntese**, a **paragoge** – nas quais ocorrem a inserção de fonemas no início, no interior, no fim, respectivamente – e a **suarabácti**, que é uma síncope especial que consiste em desfazer um encontro consonantal por intermédio de uma vogal. No *corpus*, encontramos apenas os processos de paragoge, ocorrido uma vez e epêntese, com três ocorrências. Vejamos: *meze* (1); *adevogar* (1); *Augostinho* (1) e *Roixa* (1).

Fazem parte do segundo grupo³: a **monotongação**, na qual um ditongo se transforma em monotongo e a **sinalefa ou elisão**, que equivale à perda de uma vogal quando a lexia subsequente também é iniciada por uma. São exemplos desses processos: *nassam* (2); *paixam* (5); *nassam* (5); *donde* (2).

O terceiro grupo é composto pela **metátese**, transposição de fonemas entre as sílabas de uma lexia; pela **sístole**, transposição do acento tônico de uma sílaba para a anterior e pela **diástole**, mudança do acento para a sílaba subsequente. Vale dizer que não tivemos ocorrências desses processos no *corpus* analisado.

No quarto grupo estão a **sonorização**, quando um fonema surdo se torna sonoro; a **vocalização**, que consiste na permuta de um fonema consonantal a um vocálico; a **consonantização**, transformação de um fonema vocálico em um consonantal; a **assimilação**, aproximação ou perfeita identidade de dois fonemas, resultante da influência que um exerce sobre o outro; a **dissimilação**, diferenciação de um fonema por já existir um igual ou semelhante na lexia; a **nasalização**, conversão de um fonema oral em nasal; a **desnasalização**, processo oposto à nasalização; a **apofonia**, modificação que sofre a vogal da sílaba inicial de uma lexia, quando um prefixo é a ela justaposto; a **metafonia**, modificação no timbre de uma vogal, resultante da influência da vogal ou semivogal que a sucede; o **alçamento**, no qual a vogal média baixa passa à alta e o **abaixamento**, processo inverso o

3 Os processos de síncope e apócope não serão listados aqui pelo fato de eles serem categorizados como abreviaturas, segundo Acioli (2003); Flexor (2008) e Costa (2007).

alçamento. No *corpus*, foi possível listar os seguintes itens lexicais e suas ocorrências: ólios (5), legitimo (820), Mai (750), dous (25), dezaceis (40); nasseo (300); Saõ (15); annos (15) e innocente (45), que correspondem aos processos de alçamento, abaixamento e nasalizações progressiva (quando o fonema nasal espraia nasalidade para a sílaba precedente) e regressiva (quando o fonema nasal espraia nasalidade para a sílaba subsequente), respectivamente.

No que concerne às formas abreviadas, encontramos nos registros de batizados as seguintes tipologias: **abreviatura por síncope**, **abreviatura por apócope**, **abreviatura mista**, **abreviatura numérica**, além de **algumas siglas e acrônimos**. Cabe lembrar que a **abreviatura por síncope** consiste na subtração de fonemas ou morfemas no interior do vocábulo. Costa (2007) assinala que os grafemas não podem ser ocultados aleatoriamente, haja vista que o ocultamento equivocado pode causar ininteligibilidade ao enunciado. De igual maneira, é recorrente nas atas batismais este tipo de abreviatura vir com o último grafema sobreposto. São exemplos desta tipologia: *Senhora*, *Oliveira*, *Silva*, *Major*.

A **abreviatura por apócope** afigura-se pela subtração de grafemas no fim do vocábulo, como em *Nossa Senhora* (12) e *próximo passado* (35). Segundo Flexor (2008) e Acioli (2003), esta abreviatura deve vir sempre seguida por ponto final. Por conseguinte, a **abreviatura mista** configura-se pelo hibridismo das abreviaturas por síncope e por apócope: *Sua Mulher* (2), *Nossa Senhora* (28). Geralmente, nesta tipologia há a presença de duas lexias.

A **abreviatura numérica** configura-se pelo aparecimento de um número cardinal, geralmente os números sete, oito, nove e dez, sobreposto pelos grafemas <bro>, indicando os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. De acordo com as autoras em que vimos baseando este estudo e referidas acima, o processo de abreviar foi largamente utilizado para economizar tempo do escriba, posto que existia uma vasta gama documental para ser elaborada ou transcrita e na qual se fazia constar informações numéricas.

A **sigla**, etimologicamente deriva de *singula* (*letterae singulae*), consiste na representação por letras maiúsculas e representam lexias completas, das quais são iniciais. Por exemplo: D.= *Dona* (2) ou *Dom* e I.M.I. = *Ioão Maria Iosé* (1). Segundo Acioli (2003), Flexor (2008) e Costa (2007) as siglas podem subdividir-se em: **siglas simples**, quando indicadas apenas por uma letra, conforme demonstram os exemplos acima; **siglas duplicadas**, quando a letra é reprisada para indicar plural da lexia apresentada, ou quando, na lexia, o grafema é encontrado duas vezes: RR, segundo as autoras mencionadas, pode significar reverendíssimo ou reverendíssimos, a depender do contexto. As **siglas compostas** são formadas por dois ou três grafemas ou pelos grafemas que predominam no item lexical. São exemplos: UFG – Universidade Federal de Goiás, SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, dentre outras. Cabe lembrar, ainda, os **acrônimos**, formados pela união

dos grafemas que iniciam o vocábulo, ou pelas suas sílabas iniciais. Este se difere da sigla composta pelo fato de ter a pronúncia silabada, como em LALEFIL – Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística.

Acreditamos que no espaço cibernético, as abreviaturas mais recorrentes são as por síncope e apócope. No rol das menos recorrentes, conjecturamos encontrar os outros tipos de abreviaturas listadas e as siglas, nos seus mais diversos desdobramentos. Quanto aos processos morfofonológicos, acreditamos que todos eles são muito recorrentes, tanto no espaço virtual, quanto fora dele.

Considerações finais

Convém esclarecer que um método eficaz para auxiliar as pessoas que realizam esses “erros” na manuscrita ou na escrita virtual é apresentar-lhes o dicionário para consulta, para que elas possam conhecer a grafia correta das palavras, a categoria gramatical, a definição e o uso de palavras ou expressões na produção textual. Ele é, ainda, um artefato que auxilia a memória (COELHO, 2008). A leitura também pode ser uma grande aliada na resolução desses problemas ortográficos, vez que ler assiduamente nos faz internalizar a grafia e, conseqüentemente, nos ajuda a ampliar o arcabouço lexical.

Ficou evidente que a escrita não é o reflexo da fala. Esta é adquirida através do convívio com outros seres de linguagem. A sua aquisição e internalização são, por conseguinte, mais “naturais”. A escrita, por sua vez, é um código engendrado pelo ser humano, cuja aprendizagem sistemática e intensiva se fazem cruciais na maioria das vezes. Ela nasceu da imprescindibilidade de fixar a fala para que ela perpetuasse ao longo do tempo, contudo, não se pode esquecer que a escrita é uma reprodução imperfeita do que é falado. É este, portanto, secundário àquela.

É necessário desvencilhar a fala da escrita, uma vez que elas são modalidades distintas de realização da língua. Sob este prisma, conduzir os alunos para que eles possam refletir sobre a língua escrita e compreender que ela não é o reflexo da oralidade é o primeiro passo para que a grafia se aproxime da modalidade padrão e de que faz uso a parcela populacional letrada. Contudo, cabe reconhecer, também, que as características que são imbuídas à fala e as características da escrita não devem ser vistas como algo fixo e imutável, mas como traços que podem se modificar a partir das circunstâncias de interação nos diversos espaços e circunstâncias de linguagem.

Referências

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massanga, 2003.

COELHO, Braz José. Dicionários: estrutura e tipologia. In: _____. **Linguagem – lexicologia e ensino de português**. Catalão: Kaio Gráfica e Editora Ltda, 2008. p. 13-43.

_____. **Linguagem: conceitos básicos**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

COSTA, Renata Ferreira. **Edição semidiplomática de memória histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do arquivo do Estado de São Paulo**. 2007. 558 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de Gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1970.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil**. 2011. 430 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. A importância do trabalho filológico para os estudos ortográficos da língua portuguesa. In: PAULA, Maria Helena de; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (Org.). **Percorrendo trilhas filológicas: estudos para a história da Língua Portuguesa - Em homenagem a Heitor Megale**. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010, v. 1, p. 45-56.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Silvio de Almeida. **Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2005.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS, com rubrica do Presidente da Câmara Paroquial Mariano José Pereira. **Livro de Assentos de Registros de Baptizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (1839-1842)**. 90 f. Villa do Catalão, 26 de dezembro de 1839 (Visto em Visita Pastoral de 17 de novembro de 1862).

PAULA, Maria Helena de. Notas sobre fontes para estudos linguísticos: esboço de uma discussão. In: _____; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (Org.). **Percorrendo trilhas filológicas**: estudos para a história da Língua Portuguesa – Em homenagem a Heitor Megale. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010. p. 29-44.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Para que filologia/crítica textual? **Revista Acta**, Assis, v. 1, 2011. p. 11-12.

ZANOTTO, Normélio. **Estrutura mórfica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro/Caxias do Sul: Lucerna, EDUCS, 1986.

